

## **ENTREVISTA**

Em seu primeiro número, a Revista Mundo Livre entrevista o professor associado, aposentado da Universidade Federal Fluminense, Aristides Arthur Soffiati Netto, historiador e ecologista, que lecionou durante quarenta anos em faculdades campistas. Desde os tempos da ditadura civil militar ele tem militado pela preservação do meio ambiente. Fundador do Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza - a CNFCN – e pesquisador do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense, o professor Arthur Soffiati Netto é um estudioso respeitado no meio acadêmico e no município. Doutor em história social pela UFRJ, escreve livros e artigos para revistas acadêmicas e de grande circulação sobre História Ambiental e outros temas de relevância. Nesta entrevista para discentes de história, ele conta como eram os estudos históricos quando era graduando, como ingressou na militância da causa ambiental, explica quais são os desafios de se fazer história ambiental e quais são suas expectativas em relação ao ensino superior na atualidade.

Revista Mundo Livre: Professor Soffiati, o senhor constatou alguma diferença no novo ensino, na área específica de História, que se ministra agora nos últimos anos, em relação ao tipo de ensino que o senhor experimentou na sua formação como graduando e depois como professor no início da carreira?

Arthur Soffiati: Reconheço de forma cabal que a diferença é profunda. Eu cursei História na Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC) entre 1970 e 1973. Parecia que eu vivia num outro mundo, parecia que eu vivia numa ilha, eu só fui me dar conta disso quando comecei a sair de Campos e ter contato com outros centros de estudos e pesquisas, contato com outras pessoas. Quando fui fazer a pós-graduação *lato sensu* em Minas Gerais em 1976-1977, comecei a me dar conta de que eu não vivia no mundo das maravilhas. Era numa ilha de conservadorismo em termos de ensino.

RML: Em termos de produção historiográfica, como era Campos? Alguém escrevia a história de Campos, do Norte Fluminense?

AS: Aqui, o que acontecia era o seguinte: os historiadores que se consideravam historiadores, terminaram com Alberto de Moraes Lamego com a “Terra Goytacá”. Dali para frente, quem começou a escrever a História foram os jornalistas, todos os historiadores sempre se eximiam de escrever. Não havia a pressão sobre o professor para que ele escrevesse, para que ele pesquisasse. O professor era formado para o ensino, única e exclusivamente. Então, não se exigia que ele pesquisasse. Não se exigia dele um trabalho escrito para que pudesse se formar como professor mesmo.

RML: Existiam historiadores que trabalhavam em faculdades aqui de Campos?

AS: Não. Os meus professores eram professores apenas. Até estudaram fora, vários deles estudaram no Rio de Janeiro, principalmente. Uma estudou em São Paulo, mas a visão era conservadora, uma visão historicista positivista, mas com um agravante: a inconsciência de que trabalhavam nessa linha de História. O que valia era a História descritiva. Na aula, o professor dizia assim para o aluno: “olha, esse assunto aqui de História do Brasil, está tudo

em Celso Furtado, esse outro você vai encontrar em Caio Prado Júnior; esse outro, você vai encontrar em Sérgio Buarque de Holanda”.

Como se os três dissessem a mesma coisa, como se não houvesse uma perspectiva em relação à História. A gente aprendia assim: estudava um, estudava outro, estudava um terceiro, basicamente esses três autores eram usados em História do Brasil. Em História de Roma, por exemplo, a gente tinha historiadores positivistas, historiadores historicistas, História da América, nem se fala. É algo muito estranho, é muito pior. A gente pensa que essa postura de ter uma postura e não ter uma consciência dela, de ser positivista e não saber que é positivista, ser historicista e não saber que é historicista, ainda é o mal menor.

O mal maior era que nós tivemos professores ligados à organização Tradição-Família-Propriedade (TFP), que procuravam nos passar uma concepção, esses eram os mais preparados, isso que é interessante. Eles tinham uma concepção. A concepção deles é que o centro de atenção do desenvolvimento, o momento alto da História da humanidade, não só da História ocidental, foi a Idade Média, e que, a partir dali, começou a haver uma série de conspirações para derrubar a santa madre Igreja Católica Romana, como eles diziam. Então, o primeiro golpe que Igreja sofreu foi a Reforma; o segundo foi a Revolução Francesa e o terceiro a Revolução Russa. A Reforma dividiu a Cristandade, a Revolução Francesa criou o laicismo e a Revolução Russa criou o ateísmo. Essa é a concepção que eles tinham, e o mais interessante é que, para eles, era como se Lutero já soubesse que adiante viria uma outra revolução para derrubar, ainda mais, a Cristandade e os revolucionários franceses, vamos dizer Robespierre, já sabia que viria Lênin. Nós tivemos essa visão também, quer dizer, tivemos perdas e ganhos. Houve muitas perdas no sentido de tentativas de doutrinação, mas a gente conheceu autores que hoje em dia nenhum de vocês certamente conheceriam, como Pierre Gaxote, por exemplo.

Em relação a esses historiadores, não eram historiadores, eram religiosos que procuravam doutrinar os alunos, e também autores, por exemplo, Langlois e *Seignobos*, a gente conhece de ler, mas não usa mais na graduação e na pós-graduação. Mais: eu tenho esses livros e são quase lendas para mim, não os uso. Acho que Momsem escapava por ser um positivista muito culto, muito amplo, com uma visão muito generosa da História Romana, mas é assim, nesse quadro. E a gente sabia tudinho para reproduzir o que aprendia em sala de aula, por ocasião das provas.

RML: Você pode citar alguns nomes dessa tendência da Tradição-Família-Propriedade?

AS: Pois é eu queria lembrar um historiador, na verdade é um só, um historiador que apontou a Revolução Francesa a partir de um ponto de vista muito conservador, muito retrógrado. Tenho dele um exemplar em Francês. Pierre Gaxote é o seu nome. A partir dele, engraçado que era só esse historiador, podia-se apreender tudo a respeito da História do mundo todo.

RML: Havia professores que assumiam esse posicionamento?

AS: Meu professor de Idade Média era da TFP, meu professor de História Moderna também, o professor de História das Ideias Políticas e Econômicas, também da TFP, e ainda na faculdade existia o Bispo Dom Antônio de Castro Maia, que era altamente conservador e que rompeu com a TFP no final da vida. Eu ainda o tive como professor. Ele dava aula de filosofia. Então, havia essa aliança forte entre o ensino superior e essa ala conservadora da Igreja.

RML: Como a sua visão de mundo ou da história começou a ser mudada na sua formação, na sua trajetória?

AS: Depois de formado, depois que eu fui à Argentina em 1976 e adquiri uma série de livros de autores da escola dos *Annales*. Nem sabia quem eram esses autores, comprei Braudel, comprei Lucien Febvre, comprei Henri Lefebvre, comprei Marc Bloch, comprei esses autores e então comecei a descobrir que a História não é uma coisa só, não é um discurso só, um discurso homogêneo, quer dizer não é uma verdade, mas são visões construídas a partir de perspectivas.

[Fernand] Braudel me iluminou bastante. Eu comecei a mudar, levei Braudel para sala de aula, comecei a trabalhar na universidade também, sem concurso, sem exigir nada disso, na verdade era assim “tá faltando professor” e eu entrei porque o professor de História da Antiguidade Oriental teve um infarto, não havia ninguém pra substituir. Então, a diretora do curso me convidou para ficar na FAFIC (Faculdade de Filosofia de Campos).

Eu comecei a lecionar na FAFIC, mas comecei a trazer esses historiadores. Esse foi o primeiro momento. O segundo momento foi em Belo Horizonte, quando fui fazer, com o professor Hélio Coelho daqui da casa<sup>1</sup>, também, um curso de pós-graduação *lato sensu*. Ele escolheu História do Brasil e eu escolhi História Moderna e Contemporânea. Eu tive contato com professores com outras visões, não só da UFMG, mas da PUC-RJ, da UFRJ, tais como: Ulisses Teles Guariba, Theo Santiago. Esses professores eram convidados a trabalharem nesse curso, foi então que eu comecei a ter um contato com o marxismo. A gente fazia o curso nas férias, com duração de quatro meses. Esse contato foi bastante rico pra mim. Fernando Novais trabalhou nesse curso, então a gente abriu os horizontes mais para uma visão mais ampla.

Tive contato também, na UNICAMP, com o professor Paulo Sérgio Pinheiro, que agora chefia uma comissão da ONU para investigar o que está acontecendo no Oriente Médio. Ele é diplomata e professor de História, organizou um simpósio muito importante com Eric Hobsbawm, que foi a figura principal, e com Caio Prado Júnior, que não podia falar na época, mas apareceu lá e foi homenageado, aplaudido. Ele não podia falar por conta do regime militar.

RML: Hobsbawm também veio?

AS: Hobsbawm também veio, fez uma palestra magnífica sobre os movimentos pré-políticos em áreas periféricas, aquelas coisas que Hobsbawm gostava de fazer e sabia fazer muito bem, e aí a gente perguntou do livro, a gente começava a ler e começava a descortinar outros horizontes.

RML: Mas o Hobsbawm podia falar e o Caio Prado não?

AS: Pôde falar, mas também o que ele falou, Caio Prado não podia falar se fosse sobre o Brasil. Caio Prado já estava marcado pelo fato de ser oposição, ser marxista.

RML: Eles dividiram a mesma mesa?

AS: Não, não. Caio Prado simplesmente foi convidado, foi chamado a se apresentar, e foi homenageado, aplaudido. Ele agradeceu, mas não fez muita coisa, estava proibido, silêncio obsequioso.

RML: Você disse que recebeu, na década de 70, um ensino muito tradicional. Por ser ditadura, tem tudo a ver com o tipo de ensino que foi ministrado na universidade nesse

---

<sup>1</sup> Refere-se à Universidade Federal Fluminense.

período. Esse contato com os Annales, você trazendo isso para universidade como professor, como é que os alunos receberam isso assim?

AS: Olha, os alunos, na verdade, como nós, como eu, que fui aluno, percebi uma naturalidade porque a Escola dos Annales não é uma escola que causa tanto espanto. Os outros professores não falam isso, não mostram isso para a gente, principalmente a questão das perspectivas históricas. O que eles mostram é que todos eles falam a mesma coisa, embora sejam de correntes diferentes, e você está aqui fazendo isso, eu acho que isso foi fundamental para começar a mudar a visão dentro da FAFIC, que era conservadora, inclusive sem saber que era conservadora. A nossa postura era conservadora. O pessoal da T.F.P. era mais claro quanto a isso: nós somos defensores da Cristandade ocidental na sua fase medieval. E aí ficava mais claro. Você podia concordar ou não concordar. O que comecei a mostrar foi Braudel, Lucien Febvre, Marc Bloch [...] posteriormente, quando outros autores foram se desenvolvendo dentro da Escola dos Annales, até que quando a Escola chegou na terceira fase, eu já havia mostrado.

RML: Em relação ao seu mestrado e seu doutorado, onde eles foram feitos?

AS: Ambos foram feitos na UFRJ, no IFCS, já bastante tarde. Comecei a fazer mestrado com 45 anos e doutorado com 54. Aliás, concluí tudo com 54 anos. Durante dez anos, de 1992 a 2001, eu cursei mestrado e doutorado com muito sacrifício, porque trabalhando nas universidades particulares, era muito difícil. O professor tem de arcar com todos os custos. Quando entrei na UFF, aguardei 7 anos na fila para ter o direito de fazer mestrado. Agora, com direito à bolsa e afastamento, era diferente. Na UFF, fiquei pensando na minha vida. Saí de um ensino extremamente conservador e acabei me tornando um professor extremamente revolucionário, mas revolucionário em termos teóricos. Os historiadores não me reconhecem mais como historiador porque entrei propondo a História Ambiental. Isso causou um rebuliço na UFRJ. Ninguém queria me assumir como orientador. Na verdade, quem me assumiu foi uma professora que eu já conhecia superficialmente porque ela veio a Campos duas vezes fazer palestra. Seu nome: Maria Manuela Ramos Souza da Silva, que já está aposentada. Então, me deram um ultimato: “olha, você passou, mas precisa encontrar um orientador até amanhã”. Eu não encontrava ninguém que me quisesse com meu projeto. Aí, liguei pra casa dela para ver se me aceitava. Eu me apresentei e perguntei se ela se lembrava de mim. Ela disse que sim e que ela aceitava, mas estabeleceria uma condição para ver se ela ia gostar e o que ela ia fazer. Eu gostei muito dela também porque ela foi bastante humilde, bastante compreensiva, de dizer “eu não conheço esse seu assunto”, “eu quero que você me passe a bibliografia a fim de que eu possa te ajudar”, e aí a gente estabeleceu uma relação não só de entendimento teórico, como também uma amizade que perdura até hoje.

Ela me orientou nos dois cursos, e aí, é claro, enfrentei resistências. Imaginem: eu cheguei no doutorado e tive que fazer todas as provas que eu fiz no mestrado, tudo que seria dispensável em outro curso, pois já me conheciam, bastava uma prova de língua, além da que eu fiz. Mas tive que fazer essa prova de novo. Então, fui para a entrevista, e o presidente da banca me disse "olha, sua linha de pesquisa não se insere na UFRJ". Aquilo para mim, do ponto de vista metafórico, me fez afundar na cadeira e ir lá embaixo e não voltar mais, mas, metaforicamente, afundei, respirei e me ocorreram dois argumentos. Voltei e disse ao professor: "com todo o respeito porque eu fiz mestrado nessa linha aqui." Segundo: "o primeiro passo nesse processo de exame consistiu em examinar o meu projeto e, pelo que sei, foi o senhor que o examinou e o homologou. Se é assim, não vejo razão para minha linha pesquisa não se inserir." E aí aconteceu de eu continuar.

RML: Qual é a sua impressão do programa de pós-graduação da UFRJ, naquela época de ditadura ainda. A UFRJ sofreu um grande esvaziamento, professores foram perseguidos, se exilaram, Maria Yedda Linhares teve que sair do Brasil, vários outros. Houve uma derrocada, digamos assim, na UFRJ, o curso de história da UFRJ e outros também. Qual foi sua impressão da UFRJ nessa época? Era mais conservadora?

AS: Era mais conservadora, sim. Havia professores mais conservadores ali dentro, os mais poderosos, os mais conhecidos.

RML: Eremildo Viana era da sua época?

AS: Não, o Eremildo Viana já havia saído, mas havia uns professores mais conservadores ligados à História da Antiguidade que tinham prestígio dentro da universidade, ou tinham poder. Mas tive professores muito bons, como Manoel Salgado, por exemplo, professor que tinha sua posição, mas, se ele orientasse alguém, dizia “olha, eu vou entrar na sua linha de abordagem, de interpretação e vou questionar você a partir dela não a partir da minha”. Ele era excelente, ele dava aula em feriados, quando era necessário completar a carga horária, na sua casa, ele reunia seus alunos para as aulas. Era excelente, era marxista, mas um marxista bem aberto, e, eu acho que houve essa atitude dos dois lados. Hoje em dia, sei que o IFCS mudou bastante, havia inclusive desentendimento entre essas linhas, essas correntes políticas dentro do IFCS. A gente ficava sabendo dessas coisas. As brigas eram tão acintosas que apareciam.

RML: Nesses embates teóricos, onde você se situa, quais são as suas referências, os autores?

AS: Pois é, ali dentro, fiquei completamente perdido porque eu não trabalhava com nada disso. Eu comecei a caminhar para História Ambiental de uma forma bastante radical, porque comecei a estudar Geologia, Hidrologia e Biologia. Comecei a enveredar por outros campos do conhecimento na tentativa de fazer a junção entre eles, de buscar um campo transdisciplinar. Quando fiz um estudo sobre manguezais, percebi que as plantas e os seres que habitam os manguezais, em contato com as sociedades humanas acabam se manifestando também, acabam falando alguma coisa também. Os contatos estressantes acabavam falando, e por esses sinais é que eu comecei a detectar essas questões.

Um autor que me ajudou bastante foi Carlo Ginzburg, com os conceitos de norma e anomalia. Apliquei estes conceitos aos ecossistemas. Os biólogos não se interessavam muito pelos meus conceitos, que incluíam *estrutura*, de Braudel, *complexidade* de Morin, e *tática e estratégia*, de Michel de Certeau.

Examinei as relações dos ameríndios com a natureza em comparação com os colonizadores europeus. Acho que Carlo Ginzburg me deu esses dois conceitos bastante interessantes que me permitiram fazer uma análise mais profunda. Mostrei também que Emmanuel Le Roy Ladurie radicalizou muito como historiador ao excluir o ser humano em sua história do clima, em casos de amenorria de crise que causa anovulação em fêmeas de mamíferos e na mulher. Ele chegou a esta conclusão lendo um livro de biologia. Verificou que ratos, colocados dentro de um espaço fechado com uma quantidade constante de comida que era retirada todo dia depois que eles comiam e colocada no outro dia em menor quantidade, proliferavam. Essa proliferação não levou a conflitos entre os animais pela comida. Ao contrário, num determinado momento, as fêmeas pararam de ovular, então, ele pensou: “Já vi isso em algum lugar estudando história: no século XVII, durante a guerra dos trinta anos, e durante a Primeira Guerra Mundial. Por ocasião desta última, as mulheres procuravam os médicos que queriam engravidar e não conseguiam. Os médicos diziam: “a

senhora está com tudo normal, por que está acontecendo isso?”. Verificando melhor, a guerra gera ansiedade e estresse em algumas mulheres, provocando a amenorreia de crise, o medo do futuro. Passada a guerra, as coisas voltavam ao normal. Ladurie causou escândalo entre suas colegas com essa transposição do biológico para o social, pois comparou ratas a mulheres. Na verdade, ele efetuou uma ligação transdisciplinar entre biologia e história, ele demonstrou a junção epistemológica entre natureza e cultura, esclarecendo que essa separação começou a ser feita a partir do século XVII com o mecanicismo cartesiano. E a nova visão busca ver cada vez mais esses dois grandes campos: natureza e cultura, ser humano e biologia. Essas entidades acabam se juntando de uma forma complexa. A partir de então, passei a trabalhar com a complexidade, que é de uso difícil para o ensino e a pesquisa.

RML: Marc Bloch afirma que a História é o estudo do homem no seu tempo, que a História tem cheiro de sangue. Você não acha que ao propor o estudo da História Ambiental, você não está fugindo muito do que o Marc Bloch está propondo?

AS: Estou bastante. Braudel e Febvre entendem que a História se reduz ao Universo humano. Eu já não acho isso. Entro também pela Geografia e pela Biologia. A resposta é mais ou menos essa, eu estou utilizando um historiador da Escola dos Annales para poder dizer isso, quer dizer o Braudel tinha uma percepção muito maior da questão geográfica e se, a História tem cheiro de sangue, os animais também tem sangue, e mais, a História tem cheiro de seiva também. Então, é bem diferente a História que eu faço. Marc Bloch não considerou os campos como ambientes complexos agentes de história. Ele falou das florestas, mas sempre como ambientes passivos. Compreendo. Ele não poderia falar de outra forma na sua época. Não conheço ninguém que tenha dito isso na historiografia, ou que tenha levantado essa questão antes da década de 70. Braudel valorizou o espaço, entidade negligenciada pelos historiadores, mas ele acaba caindo no que chama história de longuíssima duração, que era a das estruturas espaciais que não mudavam nunca, que eram quase imóveis. E a história é dinâmica, a natureza é muito dinâmica tanto em si mesma, quanto na sua relação com os seres humanos.

RML: Ao estudar a História Ambiental, como defini-la?

AS: Aí depende, há quem diga, por exemplo, que estudar as representações mentais das pessoas com relação à natureza é fazer História Ambiental. Essa opção não muda muito de uma História das ideias ou das representações. Não se distancia muito da pessoa dizer: “bom, eu faço um estudo de representações mentais a respeito do que as pessoas entendem como enchente, como violência”.

Agora, quando eu digo que a natureza é sujeito da História, vão dizer, “mas a natureza não pensa, a natureza não faz representações, a natureza não tem consciência de si”. Isso de o ser humano ter consciência plena do que é, também não se sustenta. Em que sociedade isso acontece? Em nenhuma. Nem Marx teve consciência plena da sua época. Ele não percebeu que era um cristão, embora ateu. Ele se inseria na linha do cristianismo ampliado. O pensamento marxista jamais caberia num contexto budista. Uma inteligência verdadeira, não precisa ser consciente. Acho que a parte da natureza consciente é representada pelo ser humano. Mas a inteligência não consciente está disseminada pelo planeta. A natureza tem reações, tem táticas de sobrevivência dentro da estratégia definida pelos fortes, como demonstra [Michel] de Certeau. Não inventei nada, mas coloco em discussão dois pontos: a natureza como sujeito da História e as representações humanas ancoradas num cérebro hipercomplexo.

RML: Na França, nos Estados Unidos da América, na Inglaterra existe uma cultura de História Ambiental?

AS: Existe, nos Estados Unidos, principalmente. É um país que tem o maior número de historiadores ambientais. Um dos maiores historiadores ambientais, já falecido, foi Warren Dean, brasileiro que estudou a borracha amazônica e a destruição da Mata Atlântica.

RML: Esse interesse pela História Ambiental não aparece em função dos últimos 30 anos, o interesse pela Ecologia, por movimentos que não são fascistas, movimentos sociais não fascistas, que acompanham uma moda da pós-modernidade, não está muito em função dessas discussões?

AS: Tenho plena consciência disso. A História Ambiental se insere nesse contexto, de fato. Insere-se no contexto da crise ambiental planetária, no momento em que as relações da humanidade, a partir da primeira revolução industrial, com a natureza começam a se tornar tensas. É dentro desse contexto que se insere essa reflexão. Primeiro uma reflexão filosófica que chegou a um ponto muito avançado na década de 70 e, a partir daí, também na História, que descobre um novo objeto, um novo campo a ser explorado. Meu primeiro artigo sobre História Ambiental é de 1979. Naquela época, eu me sentia muito solitário, pois eu não sabia o que estava acontecendo na França, nos Estados Unidos. Fiquei ciente mais tarde. Mas, ao mesmo tempo, não fiquei muito pessimista com relação ao meu desconhecimento, pois percebi que essas sintonias intelectuais acabam acontecendo em função do contexto em que estão inseridas. Por exemplo, Darwin e Wallace. Os dois conceberam a Teoria do Evolucionismo num mesmo contexto, numa mesma época, sem que um conhecesse o que o outro fazia. E, Darwin, muito esperto, soube que Wallace iria lançar um artigo sobre isso e apressou-se, então, em lançar o livro dele *A Evolução das espécies*, antes do artigo de Wallace.

A partir daí, eu me aproximei dos historiadores ambientais. Hoje o grande nome da História Ambiental no Brasil é José Augusto Pádua, UFRJ. Ele escreveu o livro *Um sopro de destruição*, ele estudou o pensamento político relacionado à questão ambiental no Brasil do final do século XVIII ao final do século XIX. Acho que ele não entra muito nessa questão de a natureza ser personagem. Ele estuda mais a preocupação política de muitos intelectuais brasileiros, tendo a frente José Bonifácio de Andrada e Silva, sobre a importância de se cuidar da natureza por causa da agressão que existia no Brasil. Isso é outra coisa que ajuda bastante a percepção, pois quanto maior a agressão, maior será a reação. Ele trabalhou com 150 textos, que estavam à disposição de todos os pesquisadores. Ele diz no seu livro, que nenhum historiador demonstrou maior interesse por esses textos por não estarem interessados na questão ambiental.

RML: Então para fazer História Ambiental hoje, seria um caminho reler os documentos, as fontes que já foram lidas e/ou interpretadas sem essa preocupação em identificar, justamente, as políticas ambientais no interesse pela preservação do meio ambiente, ou alguma decisão ou postura em relação ao meio ambiente das autoridades? Seria necessário revisitar as fontes que já foram interpretadas e lidas, e que já são conhecidas?

AS: Sim, mas até para desmascarar essa história de que essas fontes mostram uma preocupação ambiental por parte de governos de capitânias ou de províncias ou do próprio governo português ou do próprio governo imperial, essa preocupação não estava aí, era um outro tipo de preocupação. Ainda não era uma questão ambiental, e está tudo muito bem. Agora, interessante que já existe essa visão por parte de intelectuais no final do século XVIII e durante todo o século XIX no Brasil. Alberto Torres, por exemplo, no início do século XX,

já levanta essa questão com uma propriedade incrível. Luis Amaral propõe uma agropecuária adaptada às condições ambientais do Brasil.

RML: Mas ali não existe uma outra orientação, muito saudosista, nostálgica, antimodernista, antiprogressista?

AS: José Bonifácio dizia que a escravidão tem que terminar, mas não repentinamente para não levar a economia ao colapso, mas sustenta que não é o escravo o responsável pela devastação das matas, e sim a escravidão. As que o escravo desmata, é porque recebe ordens. Portanto, é a instituição da escravidão que tem que acabar. Vejo que os historiadores fizeram a mesma opção de Getúlio Vargas pelo industrialismo. Só ele nos interessa. Assim, alijamos pensadores como Euclides de Cunha e Alberto Torres, taxando-os de nostálgicos e saudosistas. Proponho voltar a eles com um novo olhar, como pensadores que queriam um desenvolvimento adequado às condições ambientais do Brasil. Eles são mais realistas que os positivistas, liberais e marxistas. Engraçado que o movimento ambientalista no Brasil começou com os liberais. O romantismo idealizou a natureza, como fez José de Alencar.

RML: E começou naquela época, na época dos românticos uma louvação à natureza, enaltecimento da natureza que não passou.

AS: Passou com o fim do Romantismo, que também sepultou a natureza como assunto. Ela só voltou à literatura com a questão ambiental do nosso tempo. Com relação, por exemplo, à Floresta da Tijuca, há uma historiadora chamada Claudia Haynemann e o historiador José Augusto Drummond, que discordam quanto à iniciativa do governo imperial de reflorestar o Maciço da Tijuca. Drummond diz que a reflorestamento foi iniciativa para atender à crise hídrica sofrida pela população no Rio de Janeiro. O desmatamento e o plantio do café acabaram gerando a falta d'água. Claudia Haynemann entende que o reflorestamento teve a intenção de projetar o Brasil como país civilizado no concerto das nações. Estou com Drummond.

RML: No Brasil até os anos 90, essa preocupação ambiental não existia entre os legisladores, entre os próprios intelectuais, não era uma prioridade pensar em como a industrialização estava afetando o meio ambiente, o ar, enfim. E, começa a preocupação dentro do meio acadêmico porque a preocupação com o meio ambiente está sendo expressa, digamos, politicamente, seria assim?

AS: Exatamente, seria isso mesmo. Acho que as ciências da natureza perceberam essa questão bastante antes, já na década de 70. Na década de 60, os Estados Unidos, a Raquel Carson já estava falando, da circulação do DDT na cadeia alimentar dos Estados Unidos até o continente Antártico. Já se estudava isso, o que causou, então, um rebuliço muito grande, com uma repercussão política muito forte também, tanto com pessoas apoiando, quanto com pessoas negando. Agora, eu acho que as ciências sociais demoraram muito a perceber essa nova questão que estava emergindo, eu diria até que pela dificuldade que eu tive no mestrado e no doutorado nos anos 90, essa questão, por exemplo, ainda não havia sido posta nos cursos superiores das Ciências Sociais. Eu acredito que tenha entrado muito mais recentemente, por volta do início do século XXI. Hoje, nós podemos ver cientistas sociais ou políticos estudando e colocando essa questão como uma situação importante a ser analisada.

RML: Professor, você mencionou que iniciou seu mestrado e doutorado na década de 90. Esse assunto da História Ambiental já estava em foco, mas não como hoje - pois hoje todo mundo



comenta sobre os impactos ambientais - então, talvez seu tema de pesquisa seja passível de curiosidade nos dias de hoje. A profissão do historiador, bem como do professor de História sempre esteve atrelada à questão política, a sociedade de um modo geral vê o historiador engajado politicamente. Professor, você sofreu resistência para provar seus trabalhos, levando em consideração esses aspectos?

AS: Claro que sim. É até praticamente certo que isso tenha acontecido, numa temática completamente desconhecida. Podemos dizer que inclusive, completamente rejeitada no curso de História, no caso do meu mestrado e doutorado. Ninguém ali dentro havia abordado isso antes, eu acho que a única pessoa capaz de perceber a importância foi Ciro Flamarion Cardoso, porém ele não era professor da UFRJ. Por um tempo, ele foi professor visitante em História da Antiguidade, foi um professor brilhante, porém ele era professor da UFF. E eu era professor da UFF. Não poderia fazer pós-graduação na UFF. Caso contrário, eu não teria direito a bolsa. Enfim, acredito que é isso mesmo, uma questão da época. Eu nunca colocaria uma questão como essa se tivesse feito mestrado e doutorado na década de 40 ou de 50 ou até 60. Agora, a partir do momento em que entrei, eu já tinha essa visão. Eu trazia de fora, até porque existe um outro aspecto muito importante na minha formação que é o ativismo político. Não sou só um professor. Sou também um ativista, e tenho certeza de que essa questão me interessou, de fato, a partir do momento em que me tornei ativista, em 1977. Quando levei essa questão para academia e, na academia, comecei a fazer reflexão, eu levava essas reflexões para o lado de fora e fazia esse intercâmbio entre o externo e o interno. Isso me enriqueceu muito, porque eu saía de sala de aula com uma concepção muito restrita do que é a sociedade na sua complexidade.

Do lado de fora, parecia que eu poderia mudar tudo, mas não é assim. Nós encontrávamos muitas resistências, até mais do que do lado de dentro, em que você encontra resistência, mas que você ainda consegue contornar. Do lado de fora, as pessoas percebem consciente ou inconscientemente que aquela questão é política, que pode prejudicar alguém. E aí eu acho interessante ter participado, nos final dos anos 70 e início dos anos 80, de movimentos de pescadores contra o Departamento Nacional de Obras e Saneamento na Lagoa Feia. Mas, eu acabava sendo visto pelos órgãos de segurança como uma pessoa que não podia ser "apanhada". Eu era o que? Era do PCB? Era do PCdoB? Era de direita? Era de esquerda? Então, o que esse cara era no final das contas? (risos, sic). Até um colega nosso que queria me entrevistar mexeu comigo de forma humorada. Foi o professor Leonardo, que me perguntou: "Afinal de contas, você era o quê, Soffiati?" Bem, eu sabia o que eu era, mas gostava de deixar essa perplexidade na Polícia Federal, no Exército, porque eles não sabiam de fato como me "pegar". [De qualquer maneira, seu nome deve estar fichado lá, não é?- fala da professora Débora].

Claro, um delegado da Polícia Federal, que no final das contas acabou se dando bem comigo depois de um certo tempo, me disse assim: - "Olha, Soffiati, eu declarei lá que você é um socialista idealista, por falta de classificação." (risos, sic). Aí eu disse que tudo bem. Ninguém conseguia me colocar rótulos.

RML: Em relação ao seu ativismo, isso tem gerado para você, mais atualmente, certos riscos, de estar sendo ameaçado, enfim, o seu ativismo no momento tem gerado riscos para você? Refiro-me a riscos de vida, ameaça, porque assim como fica a situação em relação aos poderosos, por exemplo, em relação ao Porto de Açu que você e outras pessoas têm denunciado, em relação ao projeto Super Porto, isso acarreta consequências para quem milita?

AS: Para mim, atualmente, não. Os riscos e ameaças que sofri se deram no início do meu ativismo, no final dos anos 70 e na década de 80. Eu acho que era mais uma forma de

intimidação do que uma ameaça real, mas de qualquer maneira aconteceu. Depois disso, a medida que fui envelhecendo, a medida que fui sendo absorvido como um novo pensador diferenciado dos outros, acabei sendo uma pessoa que os outros respeitam. Gerou-se uma espécie de aliança tácita entre forças que antes se antagonizavam, como produtores rurais, pescadores e ambientalistas.

O ambientalismo já foi mais forte em Campos. Ele se concentrou em torno de uma ONG que acabou sendo cooptada pela Petrobrás e acabou se esfacelando, se esvaziando, chegando ao ponto de hoje em dia existir legalmente, mas não atuar. As pessoas saíram, abandonaram essa questão e eu fiquei sozinho nela. Agora, a atitude por parte do Açú, por parte da LLX ou de qualquer outra empresa que funcione lá, não é de ameaçar, mas de cooptar. Isso já aconteceu comigo três vezes. Convites para participar e colaborar sempre de uma forma muito sutil. A última que eu recebi foi assim: "Você viria trabalhar conosco porque você conhece manguezais". Eu perguntei o que iria fazer. Então, me disseram: "Você, por exemplo, estudaria espécies que podem ser plantadas no manguezal". Respondi que não sou biólogo, não trabalho com isso. Aí, a pessoa continuou: "Então, não é necessário, você tem dois colegas num projeto e nós condicionamos a sua participação no projeto para que ele seja aceito". Eu já tinha entendido que eles queriam na verdade minha presença para tirar fotografia com pessoas importantes das empresas e que todo mundo ficaria sabendo que Soffiati mudou de lado e jogou fora toda uma história de 35-36 anos. É fácil comprar uma pessoa assim, quando se tem muito poder.

RML: Em relação ao Porto do Açú, existem duas posições sobre isso, dois discursos, digamos. Um que o *Super Porto* vai gerar investimentos, empregos, desenvolvimento para a região. E, outro, toca na questão do impacto ambiental e também das populações de agricultores que moram na região e aquelas terras devem ser removidas e outras questões. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso, sobre esses dois discursos.

AS: Os defensores são deslumbrados com essa questão do desenvolvimento. Eles não questionam o que vem a ser desenvolvimento. Inconscientemente, é um grande empreendimento, a geração de empregos, a geração de renda e impostos, mas o que é desenvolvimento? Porque assumi uma postura antipática no final dos anos 70, com relação à Petrobrás.

O governo de Campos lutava para que a Petrobrás se instalasse aqui e o governo de Macaé queria lá. Então, os dois entraram numa disputa. Perguntaram-me onde o porto deveria ficar. Respondi que em lugar nenhum. A Petrobrás acabou optando por Macaé. Disseram que foram as forças políticas de Macaé que conseguiram atrair a Petrobrás para lá. Campos não demonstrou competência política suficiente para isso. Além do mais, disseram que os usineiros não queriam a Petrobrás aqui para lhe roubar a mão de obra barata. Enquanto Campos tinha três deputados federais, Macaé não tinha nenhum. A escolha por Macaé foi técnica. Na margem direita do rio Macaé existem formações rochosas que permitem a instalação de portos, enquanto que, da margem esquerda do Rio Macaé à margem direita do Rio Itapemirim, no Espírito Santo, essas condições estão ausentes. O Porto do Açú só está podendo se instalar ali, a poder de muito estrago ambiental e de muito custo de instalação. Os navios vão ancorar aonde? Não há nenhuma reentrância na costa, que é nova e baixa. O mar é raso e com fortes correntes. Então, é preciso construir uma ilha de pedra para que os navios ancorem, o Porto é uma ilha de pedra ligada ao continente por uma ponte e um canal de 13 quilômetros de comprimento por 300 de largura e 18 ou 20 de profundidade para que o calado permita aos navios entrarem e ancorarem. É preciso fazer muita alteração no ambiente para instalar um porto nessa costa. Inicialmente, só se planejaram o porto e o mineroduto. A finalidade do porto era apenas escoar minério de ferro de Minas Gerais no início. Depois,

disseram que haveria uma termoelétrica a carvão, fonte de energia muito condenada em todo o mundo. Depois, anunciaram a instalação de uma termelétrica a gás. Percebemos, então, que o empreendimento também ia vender energia. Logo depois, falaram em duas siderúrgicas e de um enorme estaleiro. Finalmente, anunciaram um distrito industrial e um colossal corredor logístico.

Enquanto o empreendimento se resumiu ao porto e ao mineroduto, a população não se incomodou. Quando me refiro à população, refiro-me também aos pequenos proprietários rurais do 5º distrito de São João da Barra. Eles também apoiaram o complexo industrial, acreditando que haveria progresso. Ao longo da minha vida, fui descobrindo que são raras as populações tradicionais. Infelizmente, elas foram destruídas pelo capitalismo. Hoje, a sociedade partilha da mesma visão de mundo com desigualdades sociais. Quando o empreendimento assumiu grandes dimensões, começou a afetar a vida dos pequenos produtores de forma até bastante violenta, como entrar nas propriedades e destruir as casas e passar a máquina sobre a plantação. Então, essas pessoas se rebelaram, ficaram contra os empreendimentos. Formou-se um grupo de resistência dos pequenos proprietários rurais em São João da Barra.

Os pescadores têm protestado menos. Nessa questão, entrei como pesquisador e ativista. Não escrevo uma história militante, uma história sobrecarregada de opiniões próprias, decorrentes do ativismo. Não sou um panfletário, mas também, no ativismo, faço leitura da realidade. Desconfio sempre, tenho o hábito de desconfiar de mim o tempo todo, tanto na área da pesquisa quanto na de produção intelectual.

RML: Nós falamos da sua produção historiográfica, eu gostaria que você citasse os livros e textos que tem escrito, e também sobre sua participação como jornalista, crítico de cinema do jornal Folha da Manhã e seus textos em jornais aqui da cidade.

AS: Fui convidado em 1975 a colaborar com um jornal chamado "A notícia". Eu achava que era uma experiência nova para mim. Eu já tinha escrito textos acadêmicos. Então, eu comecei a escrever em jornal. Em 1978, passei para a "Folha da Manhã", que começava a circular. No novo jornal, ganhei um espaço fixo semanal e cheguei a me fixar no domingo, dia nobre para um colaborador de jornal. A partir desse momento, nunca mais parei de escrever sobre filosofia, ciência, religião, artes e principalmente sobre a questão ambiental. Aprendi a escrever para o grande público. Não me tornei um acadêmico, que só escreve para seus pares. Meu último livro saiu em 2013. Seu título é *As lagoas do Norte Fluminense: contribuição de história de uma luta*, que reúne textos jornalísticos sobre as lagoas da região lagoas, desde 1978, sempre dando um toque de pesquisa histórica. Não posso abandonar o jornalismo, pois é meu meio de comunicação com o grande público. Estou escrevendo agora uma série de pequenos artigos, contando a história de Campos e região. Os historiadores de Campos e dos municípios interioranos são, comumente, jornalistas e curiosos que não conhecem o rigor acadêmico. Mas os historiadores com formação acadêmica não se interessam por uma história geral do município, como fez Boris Fausto em relação ao Brasil. Assim, continuamos a repetir Alberto Frederico de Moraes Lamego.

RML: É importante para o historiador escrever para um público leigo, inserindo-se nas mídias, meios de comunicação ou há um conflito?

AS: Há conflito se nós não soubermos como lidar com os meios de comunicação, que tendem à superficialidade. Há conflito entre ser acadêmico e ser participativo na sociedade externa à universitária. Não se pode escrever para um público leigo da mesma forma em que se escreve para acadêmico e vice-versa. Dominar um assunto só não basta. É preciso saber como se

comunicar. Acredito ser possível fazer perfeitamente bem isso, sem o comprometimento do rigor acadêmico.

RML: Até no vocabulário, ou na forma de se expressar é diferente, não é, a escrita para um público leigo e para um público acadêmico?

AS: É, por exemplo, escrevi um artigo certa vez, dizendo que alguém estava investivando o outro, ou seja, provocando. No caso, o revisor não entendeu e colocou "fulano está incentivando o outro" (risos). Convém substituir palavras pouco conhecidas por palavras correntes. Talvez o maior inimigo do articulista seja o revisor, quando o jornal conta com um. Ele deixa passar o que está errado e corrige o que está certo.

RML: Em relação a sua família, seus filhos também se encontram no meio acadêmico?

AS: O meu filho mais velho é formado em História também. O segundo herdou de mim o meu lado natureza e é médico veterinário, muito empolgado e especialista em animais silvestres. Minha filha fez direito, mas não se encontrou na profissão e hoje é professora.

RML: E, com relação ao historiador que vira professor, o professor não se vê como pesquisador, não é? Parece que realmente é uma coisa distinta.

AS: É distinta porque, quando comecei minha carreira como professor, fui preparado para a sala de aula. A Faculdade de Filosofia de Campos formava professores, e não pesquisadores. Os próprios alunos cobravam da FAFIC a formação de professores, pois tratava-se de trabalhar, ganhar dinheiro, por mais mísero que fosse. Ninguém daria emprego a um historiador. Quem quisesse pesquisar que o fizesse por fora da Faculdade. Só comecei a me dedicar à pesquisa no final dos anos 1970, por minha conta. A UFF veio como salvação para mim, pois me propiciou oportunidades que eu não conseguia até então.

RML: Em relação às políticas atuais de educação do governo federal, quais são os aspectos positivos e negativos dessa política de expansão, por exemplo, no caso da UFF?

AS: Trabalhei na UFF de 1985 a 2011. Trabalhei como professor de 1970 até o início de 2011, 40 anos de magistério, fora os outros trabalhos como *boy*, militar e bancário, dediquei-me somente ao magistério. Eu trabalhava no curso de serviço social, porque ainda não havia História aqui. Eu trabalhava no básico. Considero positivo poder avançar, cursando mestrado e doutorado, dedicando-se também à pesquisa. Considero negativo o caráter burocrático imposto às universidades pelo Ministério da Educação. Considero negativo ser obrigado a produzir para aumentar o currículo.

RML: Em relação às perspectivas para o Ensino Superior?

AS: Comecei a sentir alguma coisa estranha nele no final da minha carreira. Comecei a perceber que o Ensino Superior estava se burocratizando muito, era uma profusão de reuniões que não resolviam coisíssima nenhuma. Só marcavam a próxima reunião. A gente já sabia disso antes, mas pelo menos havia um intervalo maior entre uma e outra. Mas agora passar de uma por mês para uma por semana, era algo de intolerável, e se chegava a um ponto tal que alguns que tinham saúde mental não entendiam mais porque estavam ali. Muitas vezes tive esta sensação. Com isso, não quero dizer que tenho saúde mental (Risos).

Outra coisa são os relatórios! A todo momento havia um relatório para se fazer. Uma vez, estive em Niterói, e uma pessoa da administração, amiga minha, disse: “Aqui, ninguém lê relatório de professor. Eles vêm para cá a gente joga e guarda”. Diário! Os diários são terríveis. É uma tortura manter os diários em dia quando a secretaria se contenta com um resumo no final do ano. (risos). Depois o produtivismo. Eu não aguentava essa cobrança de produtivismo. Orientação, banca, eu não estava aguentando mais isso. Eu sei que hoje em dia quem está entrando precisa disso. Agora eu fui convidado a retornar a um curso de pós-graduação *lato sensu* em meio ambiente e desenvolvimento regional. Os professores querem orientar. A orientação conta ponto, mas causa aborrecimento, sobretudo em professores velhos como eu.”. Aceitei estabelecendo condições, também aceitas pela coordenação do curso. Não preciso mais orientar. Tive aborrecimento com alguns de meus orientandos. Eles desapareciam e depois reapareciam depois de muito tempo. Um desapareceu por dois anos (risos) e falou, como pretexto, que estava mantendo contato comigo pela internet. Nunca recebi suas mensagens. (RML: De repente no mestrado né?) No mestrado é diferente, embora também tenha.

RML: E, em relação a essa dificuldade de implantar, digamos assim da aceitação da História Ambiental nos currículos, até mesmo com relação ao Ensino Superior, qual seria então a sua opinião a respeito dessa estrutura curricular do Ensino Superior e também do Ensino Fundamental e Médio que nós temos agora? É uma estrutura conservadora? É uma estrutura antiquada, eurocêntrica? Quais são as críticas que poderíamos formular acerca dessa estrutura, ou não?

AS: Com relação aos currículos de Ensino Fundamental e Médio, eu acho que ainda repetimos muita coisa de fato, e a questão ambiental entra aí de uma forma factual. Participei de um encontro na USP em 1988. Nele, levantei essa questão: "Nos livros didáticos, a natureza está ausente. Por que?" A natureza aparece nos livros quando está muito perto da sociedade, na economia, por exemplo, no pau-brasil, na cana, no ouro, no café etc.

Os portugueses chegaram aqui e desenvolveram a síndrome da abundância, a crença na inesgotabilidade dos recursos naturais. Eles saíram de um continente já esgotado no final do século XV. Quando eles chegaram aqui, encontram excesso: rios enormes, florestas muito vastas, muitos animais etc. Para eles, isso não iria acabar nunca. Quando entramos na história política e das ideias, a natureza desaparece. Os historiadores não sabem como abordá-la, não há pesquisa a respeito. Não se fala em políticas e representações sobre a natureza. Não encontro referências aos conflitos sociais em torno dos manguezais no Rio de Janeiro e na Bahia, no século XVII. Não aparece um alvará de 1760 de D. José proibindo o corte do manguezal, de mangue vermelho principalmente quando aparece, é para fazer a afirmação simplória de que havia uma preocupação ambiental naquela época, estimulado por Marquês de Pombal. Na verdade, não era. O alvará determinava que o mangue vermelho só fosse cortado depois que a casca dele fosse retirada pelos curtumes, pois a casca dessa espécie de mangue é rica em tanino, elemento excelente para a curtição. Portanto, não havia nenhuma intenção de proteger a árvore, e sim com os produtores de couro curtido. Preocupação ambiental nessa época era um anacronismo. Poucos intelectuais pensavam nela.

Enfim, não existe o empenho do historiador em tentar explicar esse aspecto porque só lhe interessam as relações sociais e as representações mentais. A contribuição de José Augusto Pádua foi muito importante por ter mostrado que, no final do século XVIII, já havia pensadores preocupados com a questão ambiental no Brasil, sendo José Bonifácio de Andrada e Silva, o mais importante.

RML: Professor, por fim eu quero perguntar sobre a História Local. Se com esse curso de História, com a implantação do curso de História na UFF em Campos, o senhor acredita que a História Local vai ter um incremento, vai se escrever mais sobre a história de Campos, a política de Campos, numa perspectiva crítica, renovada, em relação à historiografia que tem predominado nesses anos anteriores, nesses anos da sua formação. Tem-se essa esperança, essa perspectiva de incrementar a História Local?

AS: Conto com isso! Estou contando com isso porque aqui, até o momento, tivemos curso de formação de professores, e não curso de formação de historiadores. Já existe um empenho grande em localizar fontes, em centralizar fontes, organizar fontes, restaurar fontes e usar fontes em pesquisa. Conto que vocês façam esse trabalho porque ele é urgente. Nunca houve um historiador em Campos que produzisse História de Campos. Todos são de fora: Lana Lage, Sheila de Castro Faria, Maria Emilia Marchiori, Silvia Hunold Lara etc. São pessoas que se aproximaram de Campos, escreveram alguma coisa sobre a região. Acredito que tenhamos uma produção continuada. Estou muito contente com a perspectiva que vocês estão inaugurando.